de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 218/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com António José Gonçalves Fernandes, para o exercício das funções de equiparado a professor-adjunto da Escola Superior Agrária de Bragança, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007 e término em 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, Natal e férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 219/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com António Castro Ribeiro, para o exercício das funções de equiparado a professor-adjunto da Escola Superior Agrária de Bragança, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007 e término em 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, Natal e férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 220/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com José Alberto Cardoso Pereira para o exercício das funções de equiparado a professor-adjunto da Escola Superior Agrária, de Bragança, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007 e término a 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 221/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com Maria do Sameiro Ferreira Patrício para o exercício das funções de equiparada a professora-adjunta, da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007 e término em 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 222/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com Marina Maria Pedrosa Meca Ferreira de Castro, para o exercício das funções de equiparada a professora-adjunta, da Escola Superior Agrária de Bragança, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007 e término a 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, Natal e férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 223/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com Ermelinda Lopes Pereira, para o exercício das funções de equiparada a professora-adjunta, da Escola Superior Agrária, de Bragança, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007 e término em 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

Despacho (extracto) n.º 24 224/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, em regime de exclusividade, com Maria de Fátima Alves Pinto Lopes da Silva, para o exercício das funções de equiparada a professora-adjunta, da Escola Superior Agrária, de Bragança, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007 e término em 30 de Setembro de 2008, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, acrescida dos subsídios de refeição, de Natal e de férias.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *João Alberto Sobrinho Teixeira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Rectificação n.º 1825/2007

Por despacho do presidente deste Instituto, Prof. Doutor José Manuel Torres Farinha, de 18 de Agosto de 2007, e por ter saído com inexactidão o despacho n.º 23 282/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 9 de Outubro de 2007, relativo à renovação de contrato do licenciado David Manuel Gama Simões Gomes, rectifica-se que onde se lê «Licenciado David Manuel Gama Simões dos Santos» deve ler-se «Licenciado David Manuel Gama Simões Gomes.»

10 de Outubro de 2007. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Despacho (extracto) n.º 24 225/2007

Por despacho de 24 de Setembro 2007 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda, foi autorizada a equiparação a bolseiro fora do País, no período compreendido entre Setembro de 2007 e Dezembro de 2008, à docente Odília Domingues Cavaco, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico da Guarda, para efeito de doutoramento na Faculdade de Psicologia da Universidade de Salamanca, Espanha.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abílio Madeira Figueiredo*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Despacho (extracto) n.º 24 226/2007

Por despacho de 6 de Abril de 2007 do presidente do Instituto Politécnico do Porto, foi celebrado contrato administrativo de provimento com Rui Nuno Figueiredo Correia como equiparado a assistente, em regime de tempo parcial, 20%, da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 4 de Janeiro e validade até 3 de Maio de 2007.

10 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Vitor Correia Santos*.

Serviços de Acção Social

Rectificação n.º 1826/2007

Por ter sido publicado com inexactidão, rectificam-se os normativos que a seguir se indicam da resolução, do conselho de acção social do Instituto Politécnico do Porto, n.º 40/2007, que aprova as regras técnicas para aplicação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de

Estudo a Estudantes do IPP, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 11 de Setembro de 2007:

No artigo 9.º, «Rendimento anual do agregado familiar»:

No n.º 2.2.2, «Excepções», onde se lê:

«a) Sempre que os recibos de pensões não sejam conclusivos ou não existam, deve ser considerado o valor declarado em sede de IRS, deduzidos os descontos obrigatórios, dividido por 12 meses;»

deve ler-se:

«a) Sempre que os recibos de pensões não sejam conclusivos ou não existam, deve ser considerado o valor declarado em sede de IRS, deduzidos os descontos obrigatórios, dividido por 14 meses;»

No n.º 2.3, «Critérios para apuramento de rendimentos de trabalho independente (categoria B)», onde se lê:

«c) Sempre que a actividade seja iniciada ou reiniciada no ano civil em curso, considera-se 20% ou 65% do volume de negócios que consta na declaração de início/reinício de actividade em detrimento do resultado líquido referido na alínea c) do n.º 2.3.1.1. Assim nestes casos o rendimento é apurado da seguinte forma:

$$[(VN \times 20\% \text{ ou } 65\%)/12] \times n \text{ meses}$$

em que:

VN = volume de negócios;
 n = número de meses que a actividade esteve em exercício, incluindo o mês de início;»

deve ler-se:

«c) Sempre que a actividade seja iniciada ou reiniciada no ano civil em curso, considera-se 20% ou 65% do volume de negócios que consta na declaração de início/reinício de actividade em detrimento do resultado líquido referido na alínea c) do n.º 2.3.1.1. Assim nestes casos o rendimento é apurado da seguinte forma:

$$[(VN \times 20\% \text{ ou } 65\%)/n] \times 12 \text{ meses}$$

em que:

VN = volume de negócios;
 n = número de meses que a actividade está em exercício, incluindo o mês de início;»

No n.º 2.3.2.2, «Excepções», onde se lê:

«a) Sempre que a actividade seja iniciada ou reiniciada no ano civil em curso, considera-se 20% do volume de negócios que consta na declaração de início/reinício de actividade em detrimento da regra geral para cálculo de rendimentos referida no n.º 2.3.2.1. Assim nestes casos o rendimento é apurado da seguinte forma:

$$[(VN \times 20\%)/12] \times n$$

em que:

VN = volume de negócios;
 n = número de meses que a actividade esteve em exercício, incluindo o mês de início;»

deve ler-se:

«a) Sempre que a actividade seja iniciada ou reiniciada no ano civil em curso, considera-se 20% do volume de negócios que consta na declaração de início/reinício de actividade em detrimento da regra geral para cálculo de rendimentos referida no n.º 2.3.2.1. Assim nestes casos o rendimento é apurado da seguinte forma:

$$[(VN \times 20\%)/n] \times 12 \text{ meses}$$

em que:

VN = volume de negócios;
 n = número de meses que a actividade está em exercício, incluindo o mês de início;»

No n.º 2.4.2, «Excepções», onde se lê:

«b) A sociedade seja dissolvida no ano civil em curso, o resultado da regra geral, apurado nos termos do n.º 2.4.1, é dividido pelo número de meses e multiplicado pelo número de meses anteriores à data da dissolução, incluindo o mês da dissolução;»

deve ler-se:

«b) A sociedade seja dissolvida no ano civil em curso, o resultado da regra geral, apurado nos termos do n.º 2.4.1, é dividido por

12 meses e multiplicado pelo número de meses anteriores à data da dissolução, incluindo o mês da dissolução;»

No artigo 15.º, «Prestações complementares», onde se lê:

«3 — Podem ser consideradas prolongamento das actividades escolares as seguintes situações:»

deve ler-se:

«3 — Podem ser consideradas actividades escolares para efeitos de atribuição de prestações complementares as seguintes:»

9 de Outubro de 2007. — O Administrador para a Acção Social, *Orlando Fernandes*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho n.º 24 227/2007

No uso da competência própria prevista nas alíneas j) e n) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos do IPS, homologados pelo Despacho Normativo n.º 77/95, de 11 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 280, de 5 de Dezembro de 1995, conjugado com as disposições aplicáveis dos artigos 18.º e 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos à data do presente despacho, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como administrador para a acção social dos Serviços de Acção Social deste Instituto o mestre António José Duarte da Fonseca, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na nota curricular que se anexa ao despacho, dele fazendo parte integrante.

1 de Outubro de 2007. — A Presidente, *Maria de Lurdes Esteves Asseiro da Luz*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados biográficos — António José Duarte da Fonseca, nascido em 27 de Outubro de 1952 na freguesia de Várzea, concelho de Santarém.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, em 1977;

Curso de especialização pós-licenciatura em Educação, área de Organização e Gestão Escolar, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1994;

Mestrado em Ciências da Educação, área de Administração Educacional, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, em 1998.

3 — Actividade profissional:

Director de serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Santarém — cargo de direcção intermédia de 1.º grau — em comissão de serviço, desde 1 de Setembro de 1996 até à presente data;

Secretário da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, cargo equiparado a director de serviços, em comissão de serviço, no período de 26 de Julho de 1993 a 25 de Julho de 1996;

Presidente do conselho directivo da Escola EB, 2,3 de Alexandre Herculano, no triénio lectivo de 1990-1991 a 1992-1993;

Vice-presidente do conselho directivo da Escola EB, 2,3 de Alexandre Herculano no biénio lectivo de 1988-1989 a 1989-1990;

Professor do quadro de nomeação definitiva da Escola EB, 2,3 de Alexandre Herculano, Santarém.

4 — Outras funções e actividades:

Formador acreditado pelo conselho científico-pedagógico da formação contínua de professores nas áreas e domínios de Administração Educacional, Organização do Sistema Educativo, Política Educativa, Sociologia da Educação e Procedimento Administrativo;

Integrou como presidente e vogal diversos júris de concursos de pessoal, de aquisição de bens e serviços e comissões de abertura e de análise de propostas de empreitadas de obras públicas.

5 — Participação em comissões/grupos de trabalho:

Integrou, em 1999, a comissão incumbida de elaborar o estudo preliminar de criação da Escola Superior de Tecnologia de Almeirim e, em 2000, a comissão encarregue de elaborar o estudo preliminar de criação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde;

Em 2007 presidiu o grupo de trabalho para desenvolvimento do estudo sobre gestão integrada das instalações desportivas do Instituto Politécnico de Santarém.